



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional

Fls: \_\_\_\_\_  
Proc: 59580.000255/2020-93  
Ass: \_\_\_\_\_

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)  
VALOR ESTIMADO PÚBLICO  
MENOR PREÇO

**EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS RURAIS NOS MUNICÍPIOS  
SOBRE ÁREA DE ATUAÇÃO DA 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, NO ESTADO DO  
MARANHÃO.**

**NOVEMBRO/2020**



## ÍNDICE

|     |   |    |
|-----|---|----|
| 1.  | OBJETO DA CONTRATAÇÃO .....                                       | 3  |
| 2.  | TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....                                  | 3  |
| 3.  | REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO. .... | 5  |
| 4.  | LOCALIZAÇÃO DO OBJETO .....                                       | 6  |
| 5.  | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.....                                       | 11 |
| 6.  | CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....                                    | 11 |
| 7.  | PROPOSTA.....   | 12 |
| 8.  | DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....                                  | 14 |
| 9.  | REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....                 | 15 |
| 10. | PRAZOS .....  | 16 |
| 11. | FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....                              | 16 |
| 12. | REAJUSTAMENTO.....  | 17 |
| 13. | FISCALIZAÇÃO.....   | 18 |
| 14. | RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS .....                         | 20 |
| 15. | SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....                             | 21 |
| 16. | CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....                      | 21 |
| 17. | OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....                                    | 24 |
| 18. | OBRIGAÇÕES DA CODEVASF .....                                      | 28 |
| 19. | CONDIÇÕES GERAIS .....  | 28 |
| 20. | ANEXOS.....   | 28 |

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Prestação de serviços de pavimentação asfáltica de vias rurais em municípios diversos localizados na área de atuação da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado do Maranhão, conforme quantitativos estimados na planilha de estimativa de custos (Anexo VI).

### 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com o objeto da contratação acima solicitado, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**ÁREA DE 8ª SR** – Unidade da administração superior da Codevasf, a qual está afeta as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

**CANTEIRO DE OBRAS** – Local onde serão implantadas as estruturas fixas e/ou móveis do empreiteiro, com vistas a apoiar suas atividades de execução das obras. Nestas estruturas estarão incluídas as instalações para as equipes de apoio e eventualmente do pessoal de acompanhamento e controle da Codevasf.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília/DF. Como responsável pelo acompanhamento dos presentes serviços está a 8ª Superintendência Regional da Codevasf, que se localiza na Av. Alexandre de Moura, nº 25, Centro, CEP 65.025-470, São Luís - MA.

**COMO CONSTRUÍDO (AS BUILT)** – É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra, como desenhos, listas, planilhas, etc.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução do objeto.

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos no Termo de Referência.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preço da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.

**DIÁRIO DE OBRA** – É uma espécie de memorial da obra, onde são descritos os acontecimentos mais importantes em um determinado dia: os serviços feitos, os equipamentos utilizados (e por quantas horas), as condições do clima, etc. Caso necessário, também podem ser descritos os problemas na execução de serviços, falhas nos equipamentos, etc.



**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas:

- a) Generalidades - incluem o objetivo, identificação da obra, regime de execução da obra, fiscalização, recebimento da obra, modificações de projeto e classificação dos serviços. Havendo caderno de encargos, este englobará quase todos estes aspectos.
- b) Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer obra) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados na obra em questão).
- c) Discriminação dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços, indicando traços de argamassa, método de assentamento, forma de corte de peças, etc.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da Codevasf indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** – São todas as atividades relativas à execução das obras civis, de construção, reforma, recuperação ou ampliação de bem imóvel.

**PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DA PROPOSTA DO LICITANTE** – Representa o produto do somatório do preço do Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto que se pretende contratar.

**PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA** – Representa o produto do somatório do preço de referência da Codevasf de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.

**PLANO DE TRABALHO** – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

**PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DA OBRA (PGAO)** – Consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de construção de obras, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área Diretamente Afetada – ADA da obra. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental da obra.

Como objetivos específicos:

- a) Executar a obra de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;
- b) Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;
- c) Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários da obra;
- d) Evitar interferências negativas, das atividades na obra e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.

**PROJETO BÁSICO** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional

impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

**PROJETO EXECUTIVO** – É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**PROPOSTA** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

**RELATÓRIO DE OBRAS** – Documento a ser emitido pela CONTRATADA mensalmente, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências e recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos.

**REUNIÃO DE PARTIDA** – Reunião com as partes envolvidas, Codevasf e CONTRATADA, onde se definem todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em São Luís/Maranhão, em cuja jurisdição territorial localizam-se os serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR)** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

### **3. REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

- 3.1. **Regime de Contratação:** Semi-integrada. Conforme Art. 4, inciso V da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.
- 3.2. **Regime de Execução:** *Empreitada por Preço Unitário.*
- 3.3. **Valor estimado:** R\$ 29.820.044,85 (Vinte e nove milhões e oitocentos e vinte mil e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), com data-base de abril/2020.
- 3.4. **Critério de Julgamento:** *Menor Preço.*



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
 8ª Superintendência Regional

#### 4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços serão executados em municípios diversos inseridos na área de atuação da 8ª Superintendência Regional da CODEVASF em comunidades na zona rural ou na Sede dos seguintes municípios:

| 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL (SR) - MARANHÃO   |                         |                   |                          |
|--|-------------------------|-------------------|--------------------------|
| Listagem dos Municípios integrantes das Bacias Hidrográficas do Itapecuru, Mearim e Parnaíba |                         |                   |                          |
| ITENS  | MUNICÍPIO               | REGIÃO            | DISTÂNCIA A CAPITAL (KM) |
| 1  | Açailândia              | Oeste Maranhense  | 563 km                   |
| 2  | Afonso Cunha            | Norte Maranhense  | 306 km                   |
| 3  | Água Doce do Maranhão   | Leste Maranhense  | 439 km                   |
| 4  | Alcântara               | Norte Maranhense  | 99 km                    |
| 5  | Aldeias Altas           | Leste Maranhense  | 368 km                   |
| 6  | Altamira do Maranhão    | Oeste Maranhense  | 334 km                   |
| 7  | Alto Alegre do Maranhão | Leste Maranhense  | 205 km                   |
| 8  | Alto Alegre do Pindaré  | Oeste Maranhense  | 219 km                   |
| 9  | Alto Parnaíba           | Sul Maranhense    | 1.046 km                 |
| 10   | Amapá do Maranhão       | Norte Maranhense  | 295 km                   |
| 11   | Amarante do Maranhão    | Oeste Maranhense  | 835 km                   |
| 12   | Anajatuba               | Norte Maranhense  | 130 km                   |
| 13   | Anapurus                | Leste Maranhense  | 280 km                   |
| 14   | Apicum-Açu              | Norte Maranhense  | 308 km                   |
| 15   | Araguanã                | Oeste Maranhense  | 349 km                   |
| 16   | Araioses                | Leste Maranhense  | 306 km                   |
| 17   | Arame                   | Centro Maranhense | 476 km                   |
| 18   | Arari                   | Norte Maranhense  | 165 km                   |
| 19   | Axixá                   | Norte Maranhense  | 100 km                   |
| 20   | Bacabal *               | Centro Maranhense | 246 km                   |
| 21   | Bacabeira *             | Centro Maranhense | 58 km                    |
| 22   | Bacuri                  | Norte Maranhense  | 278 km                   |
| 23   | Bacurituba              | Norte Maranhense  | 150 km                   |
| 24   | Balsas                  | Sul Maranhense    | 810 km                   |
| 25   | Barão de Grajaú         | Leste Maranhense  | 679 km                   |
| 26   | Barra do Corda          | Centro Maranhense | 462 km                   |
| 27   | Barreirinhas            | Norte Maranhense  | 256 km                   |
| 28   | Bela Vista do Maranhão  | Norte Maranhense  | 247 km                   |
| 29   | Belágua                 | Norte Maranhense  | 281 km                   |
| 30   | Benedito Leite          | Sul Maranhense    | 522 km                   |
| 31   | Bequimão                | Norte Maranhense  | 86 km                    |



**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional**

|    |                          |                   |        |
|----|--------------------------|-------------------|--------|
| 32 | Bernardo do Mearim       | Centro Maranhense | 304 km |
| 33 | Boa Vista do Gurupi      | Norte Maranhense  | 299 km |
| 34 | Bom Jardim               | Oeste Maranhense  | 275 km |
| 35 | Bom Jesus das Selvas     | Oeste Maranhense  | 465 km |
| 36 | Bom Lugar                | Centro Maranhense | 280 km |
| 37 | Brejo                    | Leste Maranhense  | 313 km |
| 38 | Brejo de Areia           | Oeste Maranhense  | 353 km |
| 39 | Buriti                   | Leste Maranhense  | 332 km |
| 40 | Buriti Bravo             | Leste Maranhense  | 499 km |
| 41 | Buriticupu               | Oeste Maranhense  | 395 km |
| 42 | Buritirana               | Oeste Maranhense  | 694 km |
| 43 | Cachoeira Grande         | Norte Maranhense  | 141 km |
| 44 | Cajapió                  | Norte Maranhense  | 68 km  |
| 45 | Cajari                   | Norte Maranhense  | 200 km |
| 46 | Campestre do Maranhão    | Leste Maranhense  | 708 km |
| 47 | Cândido Mendes           | Oeste Maranhense  | 350 km |
| 48 | Cantanhede               | Norte Maranhense  | 154 km |
| 49 | Capinzal do Norte *      | Leste Maranhense  | 260 km |
| 50 | Carolina                 | Sul Maranhense    | 833 km |
| 51 | Carutapera               | Oeste Maranhense  | 354 km |
| 52 | Caxias *                 | Leste Maranhense  | 360 km |
| 53 | Cedral                   | Norte Maranhense  | 232 km |
| 54 | Central do Maranhão      | Norte Maranhense  | 182 km |
| 55 | Centro do Guilherme      | Oeste Maranhense  | 449 km |
| 56 | Centro Novo do Maranhão  | Oeste Maranhense  | 208 km |
| 57 | Chapadinha               | Norte Maranhense  | 248 km |
| 58 | Cidelândia               | Leste Maranhense  | 642 km |
| 59 | Codó                     | Leste Maranhense  | 290 km |
| 60 | Coelho Neto              | Leste Maranhense  | 385 km |
| 61 | Colinas                  | Leste Maranhense  | 437 km |
| 62 | Conceição do Lago-Açu    | Norte Maranhense  | 365 km |
| 63 | Coroatá                  | Leste Maranhense  | 260 km |
| 64 | Cururupu                 | Norte Maranhense  | 230 km |
| 65 | Davinópolis              | Leste Maranhense  | 659 km |
| 66 | Dom Pedro *              | Centro Maranhense | 324 km |
| 67 | Duque Bacelar            | Leste Maranhense  | 343 km |
| 68 | Esperantinópolis         | Centro Maranhense | 350 km |
| 69 | Estreito                 | Sul Maranhense    | 745 km |
| 70 | Feira Nova do Maranhão   | Sul Maranhense    | 804 km |
| 71 | Fernando Falcão *        | Centro Maranhense | 554 km |
| 72 | Formosa da Serra Negra * | Centro Maranhense | 481 km |



**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional**

|     |                           |                   |        |
|-----|---------------------------|-------------------|--------|
| 73  | Fortaleza dos Nogueiras   | Sul Maranhense    | 707 km |
| 74  | Fortuna                   | Centro Maranhense | 420 km |
| 75  | Godofredo Viana           | Oeste Maranhense  | 348 km |
| 76  | Gonçalves Dias            | Centro Maranhense | 340 km |
| 77  | Governador Archer         | Centro Maranhense | 315 km |
| 78  | Governador Edison Lobão   | Sul Maranhense    | 661 km |
| 79  | Governador Eugênio Barros | Centro Maranhense | 372 km |
| 80  | Governador Luiz Rocha     | Centro Maranhense | 427 km |
| 81  | Governador Newton Bello   | Oeste Maranhense  | 280 km |
| 82  | Governador Nunes Freire   | Norte Maranhense  | 233 km |
| 83  | Graça Aranha              | Centro Maranhense | 378 km |
| 84  | Grajaú                    | Centro Maranhense | 580 km |
| 85  | Guimarães                 | Norte Maranhense  | 213 km |
| 86  | Icatu                     | Norte Maranhense  | 110 km |
| 87  | Igarapé do Meio           | Norte Maranhense  | 162 km |
| 88  | Igarapé Grande            | Centro Maranhense | 365 km |
| 89  | Humberto de Campos        | Norte Maranhense  | 180 km |
| 90  | Imperatriz                | Leste Maranhense  | 631 km |
| 91  | Itaipava do Grajaú        | Centro Maranhense | 447 km |
| 92  | Itapecuru Mirim *         | Norte Maranhense  | 108 km |
| 93  | Itinga do Maranhão        | Oeste Maranhense  | 622 km |
| 94  | Jatobá                    | Leste Maranhense  | 422 km |
| 95  | Jenipapo dos Vieiras      | Centro Maranhense | 505 km |
| 96  | João Lisboa               | Oeste Maranhense  | 650 km |
| 97  | Joselândia                | Centro Maranhense | 337 km |
| 98  | Junco do Maranhão         | Norte Maranhense  | 275 km |
| 99  | Lago da Pedra             | Oeste Maranhense  | 312 km |
| 100 | Lago do Junco             | Centro Maranhense | 316 km |
| 101 | Lago dos Rodrigues        | Centro Maranhense | 320 km |
| 102 | Lago Verde                | Centro Maranhense | 294 km |
| 103 | Lagoa do Mato *           | Leste Maranhense  | 560 km |
| 104 | Lagoa Grande do Maranhão  | Oeste Maranhense  | 375 km |
| 105 | Lajeado Novo              | Sul Maranhense    | 674 km |
| 106 | Lima Campos *             | Centro Maranhense | 258 km |
| 107 | Loreto *                  | Sul Maranhense    | 715 km |
| 108 | Luís Domingues            | Norte Maranhense  | 364 km |
| 109 | Magalhães de Almeida      | Leste Maranhense  | 409 km |
| 110 | Maracaçumé                | Oeste Maranhense  | 245 km |
| 111 | Marajá do Sena            | Oeste Maranhense  | 394 km |
| 112 | Maranhãozinho             | Norte Maranhense  | 245 km |
| 113 | Mata Roma                 | Norte Maranhense  | 282 km |





**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional**

|     |                         |                   |         |
|-----|-------------------------|-------------------|---------|
| 114 | Matinha                 | Norte Maranhense  | 222 km  |
| 115 | Matões *                | Leste Maranhense  | 463 km  |
| 116 | Matões do Norte *       | Norte Maranhense  | 136 km  |
| 117 | Milagres do Maranhão    | Leste Maranhense  | 360 km  |
| 118 | Mirador                 | Leste Maranhense  | 485 km  |
| 119 | Miranda do Norte *      | Norte Maranhense  | 124 km  |
| 120 | Mirinzal                | Norte Maranhense  | 198 km  |
| 121 | Monção                  | Norte Maranhense  | 244 km  |
| 122 | Montes Altos            | Oeste Maranhense  | 640 km  |
| 123 | Morros                  | Norte Maranhense  | 100 km  |
| 124 | Nina Rodrigues          | Norte Maranhense  | 183 km  |
| 125 | Nova Colinas            | Sul MAranhense    | 734 km  |
| 126 | Nova Iorque             | Leste Maranhense  | 496 km  |
| 127 | Nova Olinda do Maranhão | Centro Maranhense | 365 km  |
| 128 | Olho d'Água das Cunhãs  | Centro Maranhense | 287 km  |
| 129 | Olinda Nova do Maranhão | Norte Maranhense  | 250 km  |
| 130 | Paço do Lumiar          | Norte Maranhense  | 16,5 km |
| 131 | Palmeirândia            | Norte Maranhense  | 115 km  |
| 132 | Paraibano               | Leste Maranhense  | 502 km  |
| 133 | Parnarama *             | Leste Maranhense  | 488 km  |
| 134 | Passagem Franca *       | Leste Maranhense  | 409 km  |
| 135 | Pastos Bons *           | Leste Maranhense  | 550 km  |
| 136 | Paulino Neves           | Norte Maranhense  | 291 Km  |
| 137 | Paulo Ramos             | Oeste Maranhense  | 347 km  |
| 138 | Pedreiras               | Centro Maranhense | 245 km  |
| 139 | Pedro do Rosário        | Norte Maranhense  | 341 km  |
| 140 | Penalva                 | Norte Maranhense  | 255 km  |
| 141 | Peri Mirim              | Norte Maranhense  | 105 km  |
| 142 | Peritoró *              | Leste Maranhense  | 236 km  |
| 143 | Pindaré-Mirim           | Oeste Maranhense  | 255 km  |
| 144 | Pinheiro                | Norte Maranhense  | 123 km  |
| 145 | Pio XII                 | Centro Maranhense | 270 km  |
| 146 | Pirapemas               | Norte Maranhense  | 180 km  |
| 147 | Poção de Pedras         | Norte Maranhense  | 350 km  |
| 148 | Porto Franco            | Centro Maranhense | 731 km  |
| 149 | Porto Rico do Maranhão  | Norte Maranhense  | 238 km  |
| 150 | Presidente Dutra        | Centro Maranhense | 347 km  |
| 151 | Presidente Juscelino    | Norte Maranhense  | 94 km   |
| 152 | Presidente Médici       | Norte Maranhense  | 262 km  |
| 153 | Presidente Sarney       | Norte Maranhense  | 159 km  |
| 154 | Presidente Vargas       | Norte Maranhense  | 165 km  |



**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional**

|     |                                |                   |         |
|-----|--------------------------------|-------------------|---------|
| 155 | Primeira Cruz                  | Oeste Maranhense  | 199 km  |
| 156 | Raposa                         | Norte Maranhense  | 21,5 km |
| 157 | Riachão                        | Sul Maranhense    | 920 km  |
| 158 | Ribamar Fiquene                | Centro Maranhense | 692 km  |
| 159 | Rosário                        | Norte Maranhense  | 75 km   |
| 160 | Sambaíba *                     | Sul MAranhense    | 746 km  |
| 161 | Santa Filomena do Maranhão     | Centro Maranhense | 345 km  |
| 162 | Santa Helena                   | Norte Maranhense  | 165 km  |
| 163 | Santa Inês                     | Oeste Maranhense  | 250 km  |
| 164 | Santa Luzia                    | Oeste Maranhense  | 294 km  |
| 165 | Santa Luzia do Paruá           | Oeste Maranhense  | 281 km  |
| 166 | Santa Quitéria do Maranhão     | Leste Maranhense  | 350 km  |
| 167 | Santa Rita *                   | Norte MAranhense  | 81 km   |
| 168 | Santana do Maranhão            | Leste Maranhense  | 404 km  |
| 169 | Santo Amaro do Maranhão        | Norte Maranhense  | 242 km  |
| 170 | Santo Antônio dos Lopes *      | Centro Maranhense | 310 km  |
| 171 | São Benedito do Rio Preto      | Centro Maranhense | 246 km  |
| 172 | São Bento                      | Norte Maranhense  | 134 km  |
| 173 | São Bernardo                   | Leste Maranhense  | 375 km  |
| 174 | São Domingos do Azeitão *      | Sul MAranhense    | 634 km  |
| 175 | São Domingos do Maranhão       | Centro Maranhense | 380 km  |
| 176 | São Félix de Balsas *          | Sul Maranhense    | 716 km  |
| 177 | São Francisco do Brejão        | Oeste Maranhense  | 447 km  |
| 178 | São Francisco do Maranhão *    | Leste Maranhense  | 604 km  |
| 179 | São João Batista               | Norte Maranhense  | 280 km  |
| 180 | São João do Carú               | Oeste Maranhense  | 360 km  |
| 181 | São João do Paraíso            | Sul MAranhense    | 772 km  |
| 182 | São João do Soter              | Leste Maranhense  | 43 km   |
| 183 | São João dos Patos *           | Leste Maranhense  | 540 km  |
| 184 | São José de Ribamar            | Norte Maranhense  | 29 km   |
| 185 | São José dos Basílios          | Centro Maranhense | 335 km  |
| 186 | São Luís                       | Norte Maranhense  | 0 km    |
| 187 | São Luís Gonzaga do Maranhão * | Centro Maranhense | 209 km  |
| 188 | São Mateus do Maranhão *       | Centro Maranhense | 180 km  |
| 189 | São Pedro da Água Branca       | Leste Maranhense  | 700 km  |
| 190 | São Pedro dos Crentes          | Sul Maranhense    | 795 km  |
| 191 | São Raimundo das Mangabeiras * | Sul Maranhense    | 725 km  |
| 192 | São Raimundo do Doca Bezerra   | Centro Maranhense | 379 km  |
| 193 | São Roberto                    | Centro Maranhense | 287 km  |
| 194 | São Vicente Ferrer             | Norte Maranhense  | 275 km  |
| 195 | Satubinha                      | Centro Maranhense | 280 km  |



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
 8ª Superintendência Regional

|     |                         |                   |        |
|-----|-------------------------|-------------------|--------|
| 196 | Senador Alexandre Costa | Centro Maranhense | 421 km |
| 197 | Senador La Rocque       | Oeste Maranhense  | 650 km |
| 198 | Serrano do Maranhão     | Norte Maranhense  | 261 km |
| 199 | Sítio Novo              | Centro Maranhense | 631 km |
| 200 | Sucupira do Norte       | Leste Maranhense  | 503 km |
| 201 | Sucupira do Riachão     | Leste Maranhense  | 540 km |
| 202 | Tasso Fragoso           | Sul Maranhense    | 941 km |
| 203 | Timbiras                | Leste Maranhense  | 316 km |
| 204 | Timon *                 | Leste Maranhense  | 450 km |
| 205 | Trizidela do Vale       | Centro Maranhense | 282 km |
| 206 | Tufilândia              | Oeste Maranhense  | 283 km |
| 207 | Tuntum *                | Centro Maranhense | 365 km |
| 208 | Turialvo                | Oeste Maranhense  | 254 km |
| 209 | Turilândia              | Oeste Maranhense  | 183 km |
| 210 | Tutóia                  | Norte Maranhense  | 463 km |
| 211 | Urbano Santos           | Oeste Maranhense  | 269 km |
| 212 | Vargem Grande           | Norte Maranhense  | 172 km |
| 213 | Viana                   | Norte Maranhense  | 217 km |
| 214 | Vila Nova dos Martírios | Leste Maranhense  | 661 km |
| 215 | Vitoria do Mearim       | Norte Maranhense  | 178 km |
| 216 | Vitorino Freire         | Oeste Maranhense  | 300 km |
| 217 | Zé Doca                 | Oeste Maranhense  | 302 km |

## 5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços de engenharia objeto desta licitação encontram-se descritos e caracterizados no Projeto Básico, Desenhos e Especificações Técnicas e quantificados na Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência, que integram este Termo de Referência (Anexo IV e Anexo VI).
- 5.2. O objeto do presente certame licitatório compreende basicamente os seguintes serviços:
- Elaboração do Projeto Executivo com localização georreferenciada do Trecho mínimo de 2km ou 12.000m<sup>2</sup> no município a ser beneficiado com os serviços de Pavimentação Asfáltica. (20 projetos, conforme planilha orçamentária);
  - Contém todas as etapas dos serviços da Pavimentação em AAUQ com espessura de 05 (cinco) cm, em municípios contidos na área de atuação da 8ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado do Maranhão.

## 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do Termo de Referência e seus anexos.

### 6.2. CONSÓRCIO

- 6.2.1. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas.



### 6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto deste TR.

### 6.4. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- 6.4.1. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO será obrigatória**, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pelo licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- 6.4.2. É de inteira responsabilidade do licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 6.4.3. Os custos de visita aos locais das obras e serviços de engenharia correrão por exclusiva conta do licitante.
- 6.4.4. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executadas as obras e serviços de engenharia, os licitantes deverão contatar com a Gerência de Infraestrutura Regional de 8ª Superintendência Regional da Codevasf, em São Luís, no estado do Maranhão, nos telefones: (98) 3198-1322.
- 6.4.5. A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo II deste TR), através dos seus prepostos.

## 7. PROPOSTA

- 7.1. A Proposta de Preço deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.
- 7.2. A Proposta constitui-se dos seguintes documentos:
- a) Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo VI, que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela Codevasf, nos quais incidirá linearmente o percentual de desconto ofertado pelo licitante, conforme inciso II, § 4º do art. 54 da Lei nº 13.303/16, de 30/06/2016.
  - b) Junto com a proposta, a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante deverá ser apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma.
  - c) A Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante deverá ser preenchida e assinada por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966.
  - d) Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço.



e) O licitante de melhor proposta classificada deverá preencher os formulários de composição de preços unitários, em formulário próprio, ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.

- A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
- O licitante deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante;
- O licitante deverá, na composição de preços unitários de mão-de-obra, observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;
- No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966;
- As composições de custos unitários poderão ser verificadas quanto à adequação ao projeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao projeto.

f) Detalhamento dos Encargos Sociais (Quadro PO-XIV) – Anexo III

- Encargos Sociais distintos para mensalistas e outro para horista.

g) Detalhamento do BDI (Quadros PO-XV) – Anexo III

- Um quadro para o fornecimento de materiais e equipamentos (Quadro PO-XVb) e outro para os serviços (Quadro PO-XVa), sob pena de desclassificação da proposta;
- No preenchimento dos Quadros – Detalhamento do BDI, o licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos, conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda da obra;
- Deverá ser considerado no BDI, o ISS do município onde será executada a obra. No caso de serviços que abrangem municípios distintos, para definição do ISS médio, deverá ser calculado com base na legislação de cada município e verificação de seu respectivo peso no volume dos serviços;
- Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- No detalhamento do BDI – Quadros PO-XV, não deverá constar do item “Despesas Financeiras” a previsão de despesas relativas aos dissídios;
- Os custos referentes aos serviços de Administração Local e Manutenção do Canteiro (AM) não poderão ser considerados como despesas indiretas e, portanto, não deverão constar do BDI. O licitante deverá apresentar um montante global específico para os serviços de “AM” na Planilha de Custos do Valor da Proposta, onde deverão estar contemplados os itens transporte de pessoal, mão-de-obra, ferramentas, medicina e segurança do trabalho, seguros, alimentação do pessoal, veículos e equipamentos, outros materiais diversos, controle tecnológico, comunicação e energia, etc., devendo observar os quantitativos mínimos necessários ao atendimento do escopo do Termo de Referência.



h) Cronograma Físico-Financeiro dos itens da Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante, obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme estabelecido neste TR.

7.3.A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, transporte até o local da obra, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.

7.4.Os custos máximos da mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos e da instalação do canteiro de apoio das obras e serviços de engenharia, bem como da construção de instalações permanentes e/ou provisórias serão aqueles constantes da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo VI, e que integram o presente Termo de Referência.

7.5.O licitante deverá prever todos os acessos necessários para permitir a chegada dos equipamentos e materiais no local de execução das obras e serviços de engenharia, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os eventuais custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.

7.6.O licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras e serviços de engenharia, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

## 8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

### 8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, conforme legislação vigente.
- DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (conforme subitem 6.4.5. e Anexo II) informando que tem conhecimento do local onde serão executados os serviços de engenharia, emitida pelo próprio licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
- Atestado(s) de capacidade técnica que comprove que a licitante tenha executado serviços de Pavimentação em Asfáltica em condições similares desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, com os seguintes quantitativos mínimos:

| ITEM | SERVIÇOS   | QUANTIDADE           |
|------|--|----------------------|
| 1    | Execução de calçada com concreto moldado in loco espessura 6cm | 20.000m <sup>2</sup> |
| 2    | Execução de Sarjeta em concreto Simples (lxe 30x8)             | 20.000m              |
| 3    | Execução de Pavimentação em AAUQ com aquisição de CAP 50/70    | 927t                 |

c1) É permitido o somatório dos quantitativos estipulados na alínea “c”, mediante comprovação em mais de um atestado;



- c2) Definem-se como serviços similares: serviços com métodos construtivos afins aos de Pavimentação em AAUQ, tais como Pavimentação em TSD e CBUQ.
- c3) Definem-se como serviços de porte e complexidade similares àquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Projeto Básico – Anexo VI, parte integrante deste Termo de Referência;
- c4) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.
- d) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço(s) relativo(s) à Pavimentação em AAUQ ou similares em complexidade ao objeto desta licitação, conforme alínea “c2” deste subitem.
- d1) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
- O empregado;
  - O sócio;
  - O detentor de contrato de prestação de serviço.
- d2) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- d3) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;
- d4) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

## 9. REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As indicações para as despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços, sob a gestão da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, serão definidas na etapa de formalização do contrato, conforme Art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.
- 9.2. O valor estimado para a contratação dos serviços de engenharia, objeto deste Termo de Referência, é de R\$ 1.491.002,24 (Um milhão e quatrocentos e noventa e um mil e dois reais e vinte e quatro centavos) referente a um lote de 2 km (12.000 m<sup>2</sup>) de Pavimentação em AAUQ (inclusos os serviços complementares, calçada, drenagem e sinalização), com no mínimo 20 lotes com total de 40 km (240.000 m<sup>2</sup>) a ser executado, totalizando o valor de **R\$ 29.820.044,85 (Vinte e nove milhões e oitocentos e vinte mil e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos)**, com data-base de abril/2020.
- 9.3. Estão inclusos no valor acima, o BDI, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e os preços de referência da Codevasf para os itens



necessários à execução do objeto constam da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo VI, parte integrante deste Termo de Referência.

- 9.4. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Preços, Custos e Índices do DNIT (SICRO ABRIL/2020) para o estado do Maranhão, s/ desoneração, atendendo ao disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos.

9.4.1. No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas de BDI e Encargos Sociais:

|                   |                   |                |                    |           |
|-------------------|-------------------|----------------|--------------------|-----------|
| BDI:              | Serviços: 24,23 % |                |                    |           |
| ENCARGOS SOCIAIS: | 71,21 % Horista   |                | 112,86% Mensalista |           |
| OUTROS:           | PIS: 0,65 %       | COFINS: 3,00 % | ISS: 5,00 %        | CPRB: 0 % |

- 9.5. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

## 10. PRAZOS

- 10.1. O prazo para vigência do SRP será de 12 (doze) meses.
- 10.2. O prazo de vigência dos contratos firmados a partir do presente SRP, será a partir da data da assinatura da ordem de serviço, contado em dias consecutivos, com prazo de execução do objeto de 12 (doze) meses, a depender do volume de serviço contratado, respeitando o prazo estabelecido para a execução dos lotes tendo como Módulo Mínimo **(2 km ou 12.000 m² de pavimentação Asfáltica com camada de 5cm)**
- 10.3. A emissão da Ordem de Serviço só ocorrerá após a anuência ambiental, conforme legislação do município ao qual serão realizados os serviços.

## 11. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. Os pagamentos dos serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais conforme o que foi efetivamente executado no período, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:
- 11.1.1. **A Codevasf somente pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados**, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.
- 11.1.2. Somente serão pagos os materiais e equipamentos utilizados, mediante atesto pelo fiscal do contrato.
- 11.1.3. Nos preços apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- 11.2. O pagamento da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização será no valor apresentado na proposta da Licitante, respeitando o valor máximo constante da Planilha de





Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada) – Anexo VI que integra o presente TR da seguinte forma:

- a) Instalação do canteiro devidamente instalado e de acordo com o cronograma físico-financeiro proposto;
- b) Mobilização: serão medidos e pagos proporcionalmente ao efetivamente realizado;
- c) Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela fiscalização.

11.3. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) – será pago conforme o percentual de serviços executados (execução física) no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item, sendo que ao final do serviço o item será pago 100%.

$$\%AM = \frac{\text{Valor da Medição Sem AM}}{\text{Valor do Contrato Sem AM}}$$

11.3.1. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) terá como unidade, na Planilha de Custos, a medida “global”, e será pago mensalmente o valor absoluto, com no máximo duas casas decimais, oriundo do produto entre o percentual da fórmula supracitada e o valor total da “AM”.

11.3.2. Caso haja atraso no cronograma, por motivos ocasionados pela Codevasf, será pago o valor total da Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) prevista no período da medição no cronograma físico-financeiro de execução previamente aprovado.

11.4. O cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante deve atender as exigências deste TR e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, ou durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência (Art. 81 da Lei nº 13.303/2016).

## 12. REAJUSTAMENTO

12.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V_x \left[ \frac{Ti - To}{To} \right]$$

Onde:

- R: valor do reajustamento
- V: valor a ser reajustado
- Ti – Refere-se à coluna 37 da FGV – Pavimentação, cód. AO157972, correspondente ao mês de aniversário da proposta.
- To – Refere-se à coluna 37 da FGV – Pavimentação, cód. AO157972, correspondente ao mês de apresentação da proposta.

12.2. Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mes2} = \frac{I_{DB2}^{Mes2} \times I_{DB1}^{Mes1}}{100}$$

Sendo:

- $I_{DB1}^{Mes2}$  = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.
- $I_{DB2}^{Mes2}$  = Índice do mês de reajuste com a nova data base.



- ~~Índice~~ = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

### 13. FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 13.2. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 13.3. Participar da Reunião de Partida entre as partes envolvidas, Codevasf e CONTRATADA, onde serão definidos todos os detalhes do Plano de Trabalho e dar-se-á o “start up” da execução das obras.
- 13.4. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, “in loco”, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 13.5. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 13.6. Checar se a CONTRATADA disponibilizou as instalações, equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 13.7. Acompanhar a elaboração do “as built” (como construído) ao longo da execução dos serviços.
- 13.8. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização contratada pela Codevasf, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 13.9. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 13.10. Informar ao titular da unidade orgânica demandante e ao gestor de contrato sobre o andamento dos serviços, por meio do Relatório de Acompanhamento Físico da obra – RAF.
- 13.11. Efetuar os registros diários no Diário da Obra.
- 13.12. Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da CONTRATADA, no total ou em parte, dos serviços nos quais forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 13.13. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações, substituições de materiais e equipamentos, solicitados pela CONTRATADA.
- 13.14. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica, ocorrências que possam



gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data apazada, com as devidas justificativas.

- 13.15. Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 13.16. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 13.17. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição.
- 13.18. Encaminhar à Contratada cópia da Licença Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.
- 13.19. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 13.20. Receber, analisar, emitir parecer e encaminhar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 13.21. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 13.22. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 13.23. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.
- 13.24. Receber as etapas de obra, serviços ou fornecimentos mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 13.25. Informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 13.26. Acompanhar e cobrar da CONTRATADA a execução de planos ou programas ambientais, quando houver, bem como o cumprimento das condicionantes da licença ambiental, também quando houver, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais.
- 13.27. Realizar vistorias na obra e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis e com as orientações técnicas, indicações de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.
- 13.28. Acompanhar a execução da obra, verificando a correta utilização quantitativa e qualitativa dos materiais e equipamentos empregados, com a finalidade de zelar pela manutenção da qualidade adequada.



- 13.29. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 13.30. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 13.31. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

#### **14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**

- 14.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá executar todos os serviços descritos no item 5 deste TR, conforme o projeto básico e as especificações técnicas estabelecidas pela CODEVASF.
- 14.2. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 14.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo, para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 14.4. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 90 (noventa) dias da data de sua designação.
- 14.5. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 14.6. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.
- 14.7. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.
- 14.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.
- 14.9. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 14.10. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
  - b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;



c) Liberação da Caução Contratual.

14.11. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

## 15. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

15.1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá quando couber:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

## 16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. A Contratada deverá executar a obra em conformidade com a Licença Ambiental que será disponibilizado para a CONTRATADA pela Codevasf, cabendo a CONTRATADA a renovação da mesma.

16.2. A CONTRATADA deverá atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

16.3. O Decreto nº 7.746, em seu Art. 2º, estabelece que na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no referido decreto.

16.4. O Decreto nº 7.746, em seu Art. 4º, considera como critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

16.5. Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- b) Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.



- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
  - c1) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- d) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
  - I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
  - II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
  - V) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
  - VI) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- e) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- f) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- g) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
  - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
  - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
  - III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

16.6. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;





- b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
  - b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
  - b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”
- 16.7. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
  - b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
  - c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.
- 16.8. Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
  - b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
  - c) Que os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
  - d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

- 16.9. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

## 17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- 17.1.1. Identificação da área para construção de canteiro de obra e “layout” das instalações e edificações previstas, bem como área para implantação do laboratório de ensaios de campo, *quando for o caso*.
- 17.1.2. Plano de trabalho detalhado para os serviços propostos e respectivas metodologias de execução, devendo ser complementado com desenhos, croquis ou gráficos elucidativos das fases de implantação, respeitando os prazos parcial e final para execução das obras. Na formulação do plano de trabalho proposto a CONTRATADA deverá considerar, necessariamente, as diretrizes, recomendações e exigências previstas no Plano de Controle Ambiental da Obra e outros Planos Ambientais decorrentes e o esquema organizacional da CONTRATADA para a obra.
  - b.1) Com base no pleno conhecimento das condições locais a CONTRATADA deverá apresentar declaração de procedência dos materiais a serem utilizados, tais como: areia, brita, pedra, indicando, quando não especificado no projeto básico, sua localização e distância de transporte posto obra, inclusive quanto ao fornecimento de água para manutenção do canteiro.
- 17.1.3. Planejamento em meio eletrônico, no formato MS Project ou software similar, demonstrando todas as etapas previstas para a execução do objeto contratado;
- 17.1.4. Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima.
- 17.1.5. As Anotações de Responsabilidade Técnica – ART’s referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.
- 17.1.6. Autorização dos órgãos competentes para escavação/desmonte de rocha com uso de explosivos, plano de fogo assinado por Engenheiro de Minas com a respectiva ART, e projeto do paiol.
- 17.1.7. Declaração, nota fiscal ou proposta do fabricante/distribuidor comprovando preços, com garantia de fornecimento, dos principais insumos.
- 17.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 17.3. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e/ou Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília/DF ou Superintendências Regionais.
- 17.4. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 17.5. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços e fornecimentos.





- 17.6. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução das obras e serviços.
- 17.6.1. Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.
- 17.7. Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução das obras e serviços de engenharia dentro do prazo contratual.
- 17.8. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.
- 17.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do local de execução das obras e serviços de engenharia.
- 17.10. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 17.11. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 17.12. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a CONTRATADA deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual que trata sobre “CAUÇÃO”.
- 17.13. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 17.14. Caso a CONTRATADA seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.
- 17.15. A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 17.15.1. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.
- 17.16. Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 17.17. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.

- 17.17.1. Obter junto à Prefeitura Municipal correspondente o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor.
- 17.18. **Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.**
- 17.19. **A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.**
- 17.20. **A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.**
- 17.21. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 17.22. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução das obras e serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:
- 17.22.1. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
- 17.22.2. Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 17.23. Manter no local das obras e serviços de engenharia uma pasta com todos os documentos previstos e necessários para execução do objeto (ART's, licenças ambientais, projeto básico, alvarás, etc.).
- 17.23.1. Manter em local visível no canteiro de obras cópia da Licença Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.
- 17.24. Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas à execução das obras.
- 17.24.1. Ao final dos serviços as instalações do canteiro de obra deverão ser demolidas e as áreas devidamente recuperadas, conforme as recomendações básicas para proteção ambiental.
- 17.24.2. Realizar e executar o Plano de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas (PRAD) das áreas onde forem realizadas intervenções em função da obra.
- 17.24.3. Os serviços/fornecimentos contratados deverão ser executados em total conformidade com legislação ambiental vigente em todas as esferas e com o cumprimento dos atos administrativos

ambientais inerentes ao empreendimento em questão, mediante observância dos termos e registros sistemáticos, como forma de comprovar a execução.

- 17.24.4. A empresa deverá emitir um relatório mensal específico acerca da regularidade ambiental do empreendimento, demonstrando a fiel observância das licenças e atos administrativos ambientais correlatos, bem como de toda a legislação ambiental vigente.
- 17.25. Manter no local da obra durante todo o período de execução em regime permanente no mínimo 01 (um) técnico de segurança do trabalho, portador de comprovação de registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e caso necessário disponibilizar outros profissionais, conforme disposto na NR4.
- 17.26. Instalar e manter no canteiro de obras 01 (uma) placa de identificação da obra, com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), RT pela obra com a respectiva ART, nº do Contrato e contratante (Codevasf), conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971.
- 17.26.1. A placa de identificação das obras e serviços deve ser no padrão definido pela Codevasf e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se na publicação Instruções para a Preparação de Placas de Obras Públicas, anexas aos TR, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe – Anexo V.
- 17.27. Todas as despesas para a realização dos serviços de controle tecnológico e medições, tais como os equipamentos de topografia, dos laboratórios de controle tecnológico de geotecnia e concreto, inclusive manutenção e pessoal de apoio e execução, deverão estar contempladas na proposta no preço estabelecido para a instalação e manutenção do canteiro de obras, sendo que ao final das obras todos equipamentos serão devolvidos à CONTRATADA.
- 17.28. Submeter à aprovação da fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nas obras e serviços de engenharia objeto do contrato, inclusive os traços dos concretos a serem utilizados.
- 17.29. Salvo disposições em contrário que constem do termo de contrato, os ensaios, testes, exames e provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto correrão por conta da CONTRATADA e, para garantir a qualidade da obra, deverão ser realizados em laboratórios aprovados pela fiscalização.
- 17.30. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local das obras, inclusive dos barracões e instalações.
- 17.31. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.
- 17.32. A CONTRATADA deverá manter um Preposto, aceito pela Codevasf, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado.
- 17.33. Responsabilizar-se, desde o início dos serviços até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas do canteiro referentes a água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 17.34. No momento da desmobilização, para liberação da última fatura, faz-se necessária a apresentação da certidão de quitação de débitos, referente às despesas com água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.

17.35. Manter no local das obras e serviços de engenharia um Diário de Ocorrências (Diário de Obras), no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc., como também, reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela CONTRATADA em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras e serviços de engenharia.

17.35.1. A CONTRATADA deverá comunicar à Fiscalização toda a mobilização de pessoal e equipamentos, quando da chegada à obra, a qual deverá ser devidamente anotada no Diário de Obras, para acompanhamento e controle da Codevasf.

17.36. O cronograma de implantação deverá ser atualizado antes do início efetivo das obras e serviços de engenharia, em função do planejamento previsto pela CONTRATADA e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.

## **18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

- 18.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral do Contrato.
- 18.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 18.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 18.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 18.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 18.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- 18.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

## **19. CONDIÇÕES GERAIS**

- 19.1. O resultado do fornecimento e execução dos serviços de engenharia objeto do certame licitatório, incluindo os desenhos originais, as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto do que será executado, serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 19.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

## **20. ANEXOS**

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I: Justificativa;
- Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços;
- Anexo III: Detalhamento dos Encargos Sociais e do BDI;
  - Detalhamento dos Encargos Sociais (PO-XIV) – Horista e Mensalista;
  - Detalhamento do BDI – (PO-XV) – Serviços;
- Anexo IV: Projeto Básico / Normas, Especificações Técnicas, Desenhos e memoriais;
- Anexo V: Manual de Uso da Marca do Governo;
- Anexo VI: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência.